Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Lugares					Observações
			Providos	Vagos	A criar	A extinguir	Total	
Auxiliar	Auxiliar administrativo	Auxiliar administrativo ...	3	-	-	(a) 1	3	(a) A extinguir quando vagar.
	Motorista de ligeiros ...	Motorista de ligeiros	-	1	-	-	1	
	Coveiro	Coveiro	-	1	-	-	1	
	Auxiliar de serviços gerais.	Auxiliar de serviços gerais	-	1	-	-	1	

2 de Outubro de 2006. — O Presidente, *José Francisco Fortunato Borges*.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Aviso n.º 6365/2006 — AP

Torna-se público que a Assembleia Municipal de Ponta Delgada deliberou, na sua sessão ordinária de 7 de Setembro de 2006, sob proposta da Câmara Municipal em reunião de 7 de Setembro de 2006 que homologou a resolução do conselho de administração destes Serviços Municipalizados de 3 de Julho de 2006, aprovar o aditamento ao Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Ponta Delgada (Normas de Descarga de Efluentes Industriais na Rede de Drenagem Municipal de Águas Residuais).

6 de Outubro de 2006. — A Presidente do Conselho de Administração, *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*.

Aditamento ao Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Ponta Delgada (Normas de Descarga de Efluentes Industriais na Rede de Drenagem Municipal de Águas Residuais).

SECÇÃO III

Condições técnicas da drenagem de águas residuais

Artigo 14.º-A

Admissão de águas residuais

1 — São admissíveis, nos sistemas de drenagem de águas residuais, as seguintes categorias de águas residuais:

- Águas residuais domésticas;
- Águas residuais industriais com características apropriadas.

2 — Só podem ser recolhidas, tratadas e conduzidas a destino final, através dos sistemas de drenagem, as águas residuais com as características qualitativas e quantitativas admissíveis.

3 — A admissibilidade referida no número anterior será decidida pela entidade gestora, tendo em conta as características do sistema de drenagem pública.

4 — As características apropriadas para admissão de águas industriais são as que se determinam nos artigos 14.º-B e 14.º-C.

Artigo 14.º-B

Parâmetros de qualidade para admissão de águas residuais industriais em sistemas de drenagem

1 — A concentração hidrogeniónica deverá corresponder a um *pH* situado entre limites normais, não devendo ser nem inferior a 6 nem superior a 9, na escala de Sorensen.

2 — A temperatura deve ser superior a 14°C e inferior a 27°C.

3 — A concentração em alumínio não deverá exceder 10 mg/l.

4 — A concentração em ferro total não deverá exceder 2 mg/l.

5 — A concentração em manganês total não deverá exceder 2 mg/l.

6 — A concentração em cloro residual livre e a em cloro residual total não deverão exceder 0,5 mg/l e 1 mg/l, respectivamente.

7 — A concentração em fenóis não deverá exceder 10 mg/l.

8 — A concentração em óleos e gorduras não deverá exceder 50 mg/l.

9 — A concentração em fósforo total não deverá exceder 10 mg/l.

10 — A concentração em azoto total não deverá exceder 15 mg/l.

11 — Os detergentes devem ser biodegradáveis, e a sua concentração não deve exceder 15 mg/l.

12 — A carência bioquímica de oxigénio, medida aos cinco dias e a 20.ºC (CBO5), não deve exceder 400 mg O₂/l.

13 — A carência química de oxigénio (CQO) não deve exceder 500 mg O₂/l.

14 — A relação CBO5-CQO deve ser superior a 0,6.

15 — Os sólidos suspensos totais (SST) não devem exceder 500 mg/l.

16 — Em caso de omissão, os parâmetros devem obedecer aos limites de descarga constantes do anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto.

17 — Os parâmetros de qualidade definidos no artigo anterior entendem-se como obrigatórios na autorização de ligação aos sistemas de drenagem.

Artigo 14.º-C

Parâmetros quantitativos para admissão de águas residuais industriais em sistemas de drenagem

1 — Os caudais de ponta das águas residuais industriais deverão ser drenados pelos sistemas sem quaisquer problemas de natureza hidráulica ou sanitária.

2 — A flutuação dos caudais, diária ou sazonal, não deve causar perturbações nos sistemas de drenagem nem nas estações de tratamento.

3 — A entidade gestora decidirá, em cada caso, sobre a admissibilidade de natureza quantitativa materializada nos n.ºs 1 e 2 anteriores.